

Pedidos de refúgio dobram em dois anos

O Brasil abriga 5,8 mil pessoas perseguidas no país de origem. Em 2013, a Síria foi a nacionalidade mais contemplada

» JULIA CHAIB

A quantidade de pedidos de pessoas que querem se refugiar no Brasil teve aumento exponencial nos últimos três anos. Os pedidos passaram de 566, em 2010, para 5.256, em 2013, número quase 10 vezes superior. Somente entre 2012 e o ano passado, a demanda praticamente dobrou (veja quadro). Neste ano, foram apresentados 1.938 requerimentos e a expectativa é de aumento para 12 mil até o fim de 2014. Hoje, o Brasil abriga 5.892 refugiados. Os haitianos que vieram ao país após a nação ser afetada por um terremoto em 2010 não entram nessa conta. As estatísticas foram apresentadas ontem pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) e pela Agência das Nações Unidas para Refugiados (Acnur).

De acordo com o presidente do Conare, vinculado ao Ministério da Justiça, Paulo Abrão, são múltiplos os motivos que contribuem para o aumento no número de pedidos. "Um deles é a maior inserção do Brasil no cenário internacional. Em segundo lugar, estamos sediando grandes eventos, o que sinaliza que aqui é uma terra de oportunidades", disse. Abrão também resalta o acirramento de conflitos no exterior e a mudança no fluxo migratório entre as nações como motivos para a mudança no perfil. "Antes, a migração se dava do Sul para o Norte, agora, 40% do fluxo mundial é Sul/Sul", diz. Dos requerentes em 2013, 90% eram homens.

A maior parte dos solicitantes no ano passado é de Bangladesh. Dos 1.837 pedidos apresentados, no entanto, menos de 1% foi deferido. Segundo Abrão, a maioria dos bengaleses deixou o país de origem por motivações econômicas e, no Brasil, grande parte deles trabalha em abatedouros. Para conseguir a condição de refugiado, é necessário comprovar que partiu da terra natal por razões políticas, de raça ou de cor. Quem vive em ambientes onde há constantes violações de direitos humanos também pode conseguir se refugiar.

Uma outra mudança no perfil de solicitações de refúgio no Brasil é vista pelo aumento de demandantes da Síria, país que vive em situação de conflito

Ajuda humanitária

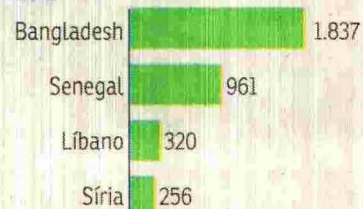
A quantidade de pessoas que pedem refúgio ao Brasil aumentou significativamente desde 2010. O perfil de solicitações também mudou de acordo com a nacionalidade, como o caso de cidadãos da Síria e do Líbano que passaram a requerer a condição

Pedidos de refúgio



Principais nacionalidades de solicitantes:

2013



Principais nacionalidades que conseguiram refúgio:

2013



Antes, a migração se dava do Sul para o Norte, agora, 40% do fluxo mundial é Sul/Sul*

Paulo Abrão, presidente do Conare

internacional. Houve 256 solicitações de pessoas daquela nacionalidade e todas foram deferidas. Libaneses fizeram 320 pedidos, ficando entre os que mais requereram refúgio em 2013 — o que não havia sido observado até então.

Ontem também foi publicada uma nova resolução, que simplifica o processo para pedir refúgio. Desde o momento da solicitação, a pessoa recebe um protocolo que dá permissão para residir no Brasil até que o requerimento

O que diz a lei

Em 1997, o Brasil passou a ser o primeiro país do Cone Sul a aprovar uma Lei de Refúgio. O documento incorpora a Convenção de Genebra de 1951 e a Declaração de Cartagena, de 1984. A Lei 9.474/97 define o termo refugiado e determina que a pessoa terá direito a uma cédula de identidade comprobatória de sua condição jurídica, carteira de trabalho e documento de viagem. Também garante moradia provisória, acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), trabalho, educação e bolsa subsistência de seis meses a um ano. No caso de decisão positiva, o cidadão será registrado na Polícia Federal. Se o pedido for negado, o solicitante fica sujeito à legislação de estrangeiros. Outro dispositivo importante é a possibilidade de reassentamento, quando o país recebe refugiados que já foram recebidos por outros países, mas continuam sofrendo as mesmas ameaças. O texto serviu de modelo legislativo para a harmonização legislativa do Cone Sul, sobretudo no Mercosul. (JC)

seja analisado. Antes, isso só era possível depois de entrevistas com a Polícia Federal, em mais de um encontro. Segundo Abrão, o objetivo é desburocratizar e acelerar o procedimento, ainda mais que a tendência é de aumento de pedidos.

Migrações

O Ministério da Justiça deve definir hoje uma proposta para atualizar a política de migração brasileira, considerada "defasada" pelo presidente do Conare. A ideia, então, será encaminhada a outras pastas do governo para um texto final. A polêmica em torno do caso dos haitianos que estavam abrigados no Acre e foram para São Paulo neste mês levantou o debate sobre como o país lida com os migrantes.

A situação dos haitianos não é tratada pelo Conare porque não se enquadra no Estatuto do Refúgio. Fica a cargo do Conselho Nacional de Imigração (Cnig), que já concedeu ao menos 7 mil vistos de residência permanente a essas pessoas por razões humanitárias. Um anteprojeto já foi elaborado por uma comissão de especialistas e propõe uma autarquia para tratar desses assuntos e encaminhado ao Ministério da Justiça, que vai analisar as mudanças propostas.